

Lei da Educação vai até Sarney nos próximos dias

BRASÍLIA — A competência para autorizar o funcionamento de universidades poderá sair da esfera do Executivo para ficar a cargo de decisão do Congresso Nacional, caso seja mantida na Comissão de Educação da Câmara a inovação do anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Ministério da Educação. O documento cria o salário-creche, que obriga empresas a manter creches e pré-escolas ou contribuir para a existência desses serviços destinados a crianças de até seis anos. O texto do MEC reduziu a primeira redação do anteprojeto.

Em audiência na Comissão de Educação da Câmara, o ministro da Educação, Carlos Sant'Anna, adiantou ontem alguns pontos do anteprojeto, que ainda não está pronto. O minis-

tro explicou que falta uma "redação parlamentar" ao texto, para que na próxima semana seja enviado ao presidente Sarney e, em seguida, encaminhado à Comissão de Educação, como mensagem do Executivo. Na Comissão, o projeto poderá integrar o substitutivo que reunirá propostas de entidades e parlamentares ligados à Educação. O texto transfere aos Estados a autorização para funcionamento de cursos e mantém a autonomia das universidades nessa área. O anteprojeto do MEC prevê, também, a transformação do atual Conselho Federal de Educação (CFE) em Conselho Nacional de Educação (CNE), retirando do órgão funções burocráticas, a serem assumidas pelos conselhos estaduais — entre as quais reconhecer cursos e credenciar professores — para atribuir-lhe o desenvolvimento

da política nacional de educação.

Técnicos do Ministério da Educação protestaram ontem, porque o anteprojeto eliminou o artigo 142 da primeira redação, que tornava extintos os mandatos dos integrantes do Conselho Federal de Educação, com formação de nova equipe no CNE. Outro motivo de insatisfação foi a exclusão, na redação definitiva, do Conselho de Ensino Superior, que fixaria os currículos mínimos dos cursos de graduação e traçaria normas para organizar cursos, além de ser responsável pela avaliação da qualidade do ensino. O ministro Carlos Sant'Anna argumenta que, a partir da reformulação do Conselho Nacional de Educação, não há motivo para a criação de outro conselho "em época de crise".